

- Cada um dos itens da(s) prova(s) objetiva(s) esta... a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, o caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E. caso julgue a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa.
- No(s) item(ns) constituído(s) pela estrutura Situação hipotética: ... seguida de Assertiva: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova(s) poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB2A1AAA

1 Se os historiadores produzem o passado e é o
passado que faz uma nação, os historiadores do patrimônio
4 fazem política, inventando o patrimônio nacional,
atribuindo valor e significados a bens e práticas culturais
que circunscrevem os limites da nação.

7 Sabemos bem que o trabalho do historiador, ao
fabricar um patrimônio no seu próprio ofício da escrita da
história, está integrado a um projeto de nacionalização, de
construção do Estado e, portanto, de poder.

10 Certa produção historiográfica e sociológica, em
debate pelo menos desde os anos 70 do século passado e já
clássica na atualidade, trouxe novos ingredientes para a
13 reflexão sobre essa ambiguidade do papel do historiador e
do intelectual de um modo geral. Essa literatura aponta os
numerosos constrangimentos a que estavam submetidos, na
16 sua produção intelectual, em função de um processo de
formação, enquadramento e disciplinarização que
delineava um lugar de fala, limitado por regras de diversas
19 naturezas. Dentre elas, podem ser destacadas as de
financiamento de estudos, postos a julgamentos sobre suas
finalidades e objetivos por comissões de alto nível, bem
22 como as regras que regem a oferta de trabalho. O perfil e a
política das instituições em que estão inseridos, entre
outros aspectos, impedem a agenda dos estudos do
25 momento.

Alguns desses autores, em confronto com
interpretações totalizantes acerca dos fenômenos sociais,
28 verificavam, também, que, diante de estratégias de
dominação — identificadas em microescalas e em
diferentes tipos e níveis de relações —, havia a
31 possibilidade de pequenas subversões ou da adoção de
sutis táticas de resistência; noutra vertente, pode-se falar
nas brechas que se verificam em todo sistema e que arejam
34 e alimentam esperanças de transformação.

Ainda que circunscritas a determinados limites,
essas ações de resistência, aparentemente insignificantes,
37 colocam em movimento as relações e podem alterar a
realidade de uma ordem imposta ou dominante, em um
jogo vivido cotidiana e mais ou menos silenciosamente.

40 É evidente, nessa perspectiva, que, diante do
exercício de violência simbólica ao qual somos
submetidos, na qualidade de sujeitos históricos,
43 verificam-se nossas capacidades inventivas nos limites de
possibilidades de ação de que dispomos. Essa estranha
“margem de manobra”, ou, em melhores palavras, essa
46 interseção entre um profundo pessimismo e a utopia de se
construir um mundo melhor, é que mobiliza os homens
para a ação.

Márcia Chuva História e patrimônio // Revista do patrimônio
histórico e artístico nacional, n.º 34, 2012, p. 11 (com adaptações)

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto
CB2A1AAA, julgue os itens a seguir.

- 1 Segundo o texto, é implausível considerar que o trabalho
E com o patrimônio se converta em uma ação política.
- 2 Infer-se dos sentidos do texto que os autores a que se refere
C a expressão “Alguns desses autores” (l.26) são os
responsáveis por “Certa produção historiográfica e
sociológica” (l.10).
- 3 Conforme o texto, a atividade do historiador, ao construir o
E patrimônio, pode ser enquadrada no conjunto das “ações de
resistência, aparentemente insignificantes” (l.36).
- 4 Conclui-se do texto que a “ambiguidade do papel do
historiador” (l.13) encontra-se no fato de que esse
profissional colabora para o processo de construção do poder
e, ao mesmo tempo, tem a possibilidade de subvertê-lo,
sutilmente.
- 5 Por expor as ideias da autora, o texto é predominantemente
descritivo.
- 6 A expressão “Ainda que” (l.35) poderia ser substituída por
C Embora, sem prejuízo das relações de coesão e dos sentidos
originais do texto.

A respeito dos aspectos linguísticos e textuais do texto
CB2A1AAA, julgue os itens que se seguem.

- 7 O sujeito da locução verbal “estavam submetidos” (l.15)
C está elíptico e se refere a “historiador” (l.13) e “intelectual
de um modo geral” (l.14).
- 8 Sem prejuízo dos sentidos originais do texto, o verbo
E “fabricar” (l.7) poderia ser substituído por forjar.
- 9 No período em que aparece, o vocábulo “cotidiana” (l.39)
expressa uma característica de “uma ordem imposta ou
dominante” (l.38).
- 10 Seria mantida a correção gramatical do último período do
C texto caso o trecho “é que” (l.47) fosse suprimido.
- 11 Os sentidos originais e as relações de coesão do texto seriam
E preservados caso se substituisse a palavra “portanto” (l.9)
por também, uma vez que ambas exprimem uma ideia de
conclusão.
- 12 A forma verbal “impõem” (l.24) está no plural porque
E concorda com o termo “instituições” (l.23).

Uma das principais características da sociedade contemporânea é a velocidade de suas transformações.

Esse novo cenário traz um desafio para as cidades: a necessidade de conciliar os novos hábitos de sua população, em constante mutação, com a ocupação territorial, ou seja, com as soluções de habitação, de localização de equipamentos públicos, de mobilidade. Essas mudanças são um reflexo da inserção das cidades na economia global, o que aumentou o número de atores (empresas, instituições públicas, associações) envolvidos na condução das políticas públicas.

Com a multiplicação das demandas sociais, no lugar de soluções únicas para a cidade, passou-se a considerar a segmentação ainda maior de interesses. É cada vez mais difícil imaginar que uma ação pública vá atingir a aspiração de todos em um único objetivo comum.

Há de se pensar em sistemas mais ágeis de governança urbana, em que os cidadãos sejam chamados a participar das decisões para ações de pequena ou grande escala.

Além de todos os desafios impostos pela inconstância e pela fragmentação das demandas sociais, vivemos um divórcio entre política e poder.

Para fazer frente a essas transformações, é necessário um novo tipo de planejamento urbano. Conceitos rígidos dão lugar à flexibilidade, à análise de cenários alternativos e à inclusão da sociedade na formulação das políticas.

Nesse contexto novo, o patrimônio histórico tem de ser integrado ao planejamento da cidade, sob pena de ficar à deriva em um mar de interesses puramente econômicos.

Vanessa Fernandes Correa e Mauro Sergio Procópio Calliari. *As transformações da cidade contemporânea. In: Preservando o patrimônio histórico - um manual para gestores municipais*. São Paulo (com adaptações)

Acerca das ideias e dos aspectos linguísticos do texto CB2AIBBB, julgue os itens seguintes.

- 13 Os autores do texto defendem que é preciso lutar contra a segmentação de interesses para que a cidade possa servir a todos.
- 14 O texto sugere que a prevalência de interesses econômicos nas novas formas de planejamento urbano beneficia as cidades.
- 15 Depreende-se do texto que a economia global não interfere no desenvolvimento e na implantação de políticas públicas para as cidades.
- 16 O texto apresenta características da tipologia textual dissertativo-argumentativa.
- 17 A substituição da expressão “Além de” (L.21) por **Apesar de** não alteraria os sentidos originais do texto.
- 18 Para o autor do texto, os cidadãos são os principais responsáveis pelas transformações ocorridas nas cidades.
- 19 Mantendo-se a correção gramatical e a coerência do texto, a expressão “Com a” (L.12) poderia ser substituída pela expressão **Devido à**.

Com relação aos aspectos linguísticos do texto CB2AIBBB, julgue os próximos itens.

- 20 No trecho “vivemos um divórcio entre política e poder” (L.23), a palavra “divórcio” poderia ser substituída por **apartamento**, sem alteração dos sentidos originais do texto.
- 21 Sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do texto, o primeiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: **São** a velocidade das transformações que caracterizam, principalmente, a sociedade contemporânea.
- 22 As vírgulas empregadas após as palavras “flexibilidade” (L.26) e “novo” (L.29) justificam-se pela mesma regra de pontuação.
- 23 No trecho “à análise de cenários alternativos e à inclusão da sociedade na formulação das políticas” (L. 26 a 28), o emprego do sinal indicativo de crase é obrigatório em ambas as ocorrências.
- 24 Sem prejuízo da correção gramatical do texto, o termo “em que” (L.18) poderia ser substituído por **na qual**.
- 25 Seria incorreta a inserção de dois-pontos imediatamente após o trecho “é necessário” (L. 24 e 25).

Julgue os itens a seguir, a respeito da história e da institucionalização do patrimônio cultural no Brasil e no mundo.

- 26 A preocupação com o patrimônio no Brasil teve início na década de 20 do século passado, com a realização da Semana de Arte Moderna em 1922, da qual participaram Mário de Andrade e Lúcio Costa; contudo, somente em 1972 foram editados os primeiros decretos e resoluções em prol da salvaguarda dos patrimônios nacionais.
 - 27 Por representar a identidade e a memória da nação, Belém do Pará foi a primeira cidade monumento tombada no Brasil, na década de 30 do século passado.
 - 28 A Inspeção de Monumentos Nacionais, primeiro órgão voltado para a preservação do patrimônio no Brasil, foi criada em 1915 e estava vinculada ao Museu das Missões.
 - 29 Segundo a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, o patrimônio cultural imaterial compreende representações, práticas, expressões, conhecimentos e técnicas, artefatos e **lugares culturais**.
 - 30 A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, considera patrimônio cultural os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse.
- A partir da Segunda Guerra Mundial, movimentos internacionais surgiram em prol da proteção dos patrimônios no mundo. A preocupação com a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural incluía a preservação dos sítios culturais e a conservação da natureza. Tendo em vista os marcos internacionais e nacionais da preservação, incluindo-se convenções, decreto-lei e a Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens seguintes.
- 31 Na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, foi criado o Comitê do Patrimônio Mundial, para a proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional.
 - 32 De acordo com o Decreto-lei n.º 25/1937, que trata do patrimônio histórico e artístico nacional, estão sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como as paisagens e os sítios, por sua notoriedade.
 - 33 Segundo a CF, compete **somente à União** a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico brasileiro.
 - 34 Conforme a CF, o Estado é responsável por garantir o direito à cultura e o acesso às fontes da cultura nacional.

Considerando a legislação brasileira sobre preservação de bens culturais, julgue os itens subsequentes.

- 35 Grutas e lapas não podem ser consideradas monumentos arqueológicos, segundo a Lei n.º 3.924/1961.
- 36 A Lei n.º 11.483/2007, que dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário brasileiro, inclui no patrimônio ferroviário os bens imóveis e móveis, tais como locomotivas, vagões e carros de passageiros.
- 37 O Decreto n.º 3.551/2000 instituiu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, voltado à implantação de políticas de inventário, valorização e referenciamento do patrimônio imaterial, no âmbito do Ministério da Cultura.
- 38 A Portaria IPHAN n.º 137/2016 estabelece diretrizes para a educação patrimonial, no âmbito do IPHAN e das casas do patrimônio, voltada a ações de preservação e valorização do patrimônio cultural.
- 39 Conforme a Portaria IPHAN n.º 187/2010, é permitido colocar na coisa tombada equipamento publicitário, como anúncios e cartazes.
- 40 A Portaria IPHAN n.º 127/2009 regulamenta a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, considerada um instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro, porção característica do território nacional, e que representa o processo de interação do homem com o meio natural.

Julgue os itens seguintes, a respeito da organização do Estado e da administração pública.

- 41 No sistema presidencialista adotado no Brasil, o presidente, que, em regra, é escolhido pelo povo, governa por um prazo fixo e determinado e assume a chefia de Estado e de governo.
- 42 De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, na elaboração de um projeto básico de obras e serviços, é necessário considerar os requisitos de segurança, funcionalidade e adequação ao interesse público, bem como a possibilidade de emprego de mão de obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local da obra para execução, conservação e operação.
- 43 No serviço público, o princípio da moralidade refere-se ao elemento ético de conduta, o que exige do servidor, entre outros aspectos, decidir entre o conveniente e o inconveniente, enquanto o princípio da eficiência exige o direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum.

Com base no disposto na legislação administrativa, julgue os itens a seguir.

- 44 Segundo a Lei n.º 8.112/1990, o servidor público que deseje candidatar-se a um cargo eletivo terá direito a licença, com remuneração, durante o período entre a sua escolha em convenção partidária como candidato e a véspera do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral.
- 45 A punição prevista para servidor por desvio de conduta ética reconhecido por comissão de ética é a censura ética.
- 46 De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, o recurso administrativo tramitará, no máximo, por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal contrária.
- 47 O cidadão que faz um pedido de informação de interesse público precisa especificar, no pedido, o motivo da sua solicitação.

Acerca da gestão de pessoas e de processos no setor público, julgue os próximos itens.

- 48 O fluxograma utilizado no mapeamento de execução de determinado serviço é uma ferramenta que prescinde da identificação das atividades, sendo necessário para estabelecer os pontos de decisão, ouvir com atenção as pessoas envolvidas na execução do serviço.
- 49 Situação hipotética: O gerente de pessoas de determinado órgão preocupa-se com os aspectos humanos dos seus subordinados e procura manter uma equipe de trabalho atuante, com maior participação nas decisões da área. Assertiva: Nessa situação, o gerente adota o estilo de liderança centrado na tarefa.
- 50 Macroprocesso compreende uma visão mais geral do problema, abrangendo, em regra, vários processos principais ou secundários e envolvendo mais de uma função organizacional.

Espaço livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

- 51 Idade mínima de dezesseis anos e quitação das obrigações eleitorais são requisitos para a investidura em cargo público.
 E
- 52 A ação disciplinar contra servidor que cometa ato ilícito punível com suspensão prescreverá em dois anos contados da data em que o fato se tornou conhecido; todavia, se tal ato ilícito também configurar crime, então se aplicará o prazo prescricional da lei penal para a ação disciplinar.
 C
- 53 A readequação consiste no retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.
 E
- 54 É vedado ao servidor público aposentado o retorno ao serviço público a pedido, somente sendo possível a reversão por insubsistência dos motivos da aposentadoria por invalidez.
 E
- 55 Nos casos de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel pelo servidor, o auxílio-moradia será pago por ainda um mês.

A respeito de licitação, julgue os seguintes itens.

- 56 Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico/mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
 C
- 57 Visando-se ao aumento da competitividade sem perda da economia de escala, obras, serviços e compras realizados pela administração pública poderão ser divididos em tantas parcelas quantas forem técnica e economicamente viáveis.
 C
- 58 A licitação é inexigível para aquisição de bem fornecido por produtor exclusivo.
 C
- 59 Em caso de guerra ou grave perturbação da ordem, a licitação torna-se dispensável.

Com relação ao processo administrativo federal, julgue os itens que se seguem.

- 60 A interpretação da norma administrativa deve observar o fim público a que tal norma se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.
 E
- 61 É permitido que titular de órgão administrativo delegue parte de sua competência para titular de outro órgão administrativo, ainda que este não seja hierarquicamente subordinado àquele.
 E
- 62 A edição de atos normativos pode ser objeto de delegação.
 E
- 63 A desistência do interessado em relação a processo administrativo iniciado por ele próprio implica arquivamento dos autos, não podendo a administração pública dar prosseguimento ao processo.
 C
- 64 O direito da administração de anular atos dos quais decorram efeitos favoráveis aos interessados prescreve em quatro anos.
 E
- 65 A administração pública deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, respeitados os direitos adquiridos.
 C

Acerca dos atos administrativos, julgue os próximos itens.

- 66 A imperatividade do ato administrativo prevê que a administração pública, para executar suas decisões, não necessita submeter sua pretensão ao Poder Judiciário.
 C
- 67 O ato administrativo praticado por autoridade incompetente pode ser convalidado.
 C
- 68 Segundo a Teoria dos Motivos Determinantes, o gestor público é obrigado a tomar a atitude descrita como impositiva na lei.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito dos poderes da administração pública.

- 69 Poder discricionário corresponde à prerrogativa do gestor público de avaliar a conveniência e a oportunidade de praticar determinado ato administrativo.
 C
- 70 O ato administrativo discricionário não é passível de controle judicial.
 E
- 71 A administração pública exerce o poder disciplinar ao aplicar sanções, por exemplo, a um motorista particular que dirige seu veículo em velocidade acima da máxima permitida.
 E
- 72 Assim como o Poder Legislativo, o Poder Executivo também pode editar atos normativos, com base no poder regulamentar.
 C
- 73 Por meio do poder de polícia administrativo, a autoridade policial tem competência para convocar testemunha para depor em delegacia de polícia.
 C
- 74 Ao exercer o poder regulamentar, a administração pública pode extrapolar os limites do ato normativo primário, desde que o faça com vistas à finalidade pública.

Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens a seguir.

- 75 A criação de comissão de ética com a finalidade de orientar o servidor é facultativa às entidades que exerçam atribuições delegadas pelo poder público.
 E
- 76 É vedado ao servidor público exercer atividade incompatível com o interesse público, ainda que tal atividade seja lícita.
 C
- 77 É proibido ao servidor público utilizar de notícia obtida em razão do exercício de suas funções em proveito próprio ou de terceiros.
 C
- 78 O servidor deve respeitar a hierarquia e não contrariar ordens de seu superior, ainda que estas estejam em desconformidade com os princípios norteadores da administração pública.
 E

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

79 Se um grupo de moradores do cerrado brasileiro pretender fundar associação com intuito de incentivar e promover a preservação do meio ambiente, será indispensável uma autorização estatal prévia para o funcionamento dessa associação.

80 Situação hipotética: João, cuja mãe é brasileira e cujo pai é espanhol e mora em Londres, nasceu em país estrangeiro e não foi registrado em repartição brasileira competente. Hoje, aos 21 anos de idade, ele reside no Brasil e pretende requerer a nacionalidade brasileira. Assertiva: Nesse caso, poderá ser conferida a João a condição de brasileiro nato.

81 O analfabeto não pode realizar alistamento eleitoral e, por essa razão, também não pode concorrer a cargo eletivo.

82 O cancelamento da naturalização em razão de sentença transitada em julgado implica cassação dos direitos políticos.

83 O mandado de segurança é o remédio constitucional adequado para garantir o acesso à informação constante de banco de dados de entidades governamentais, uma vez que o direito a informação é direito líquido e certo.

84 O direito de resposta proporcional a um cidadão que tenha sido ofendido não impede o direito à indenização por dano material, moral ou à imagem.

85 Qualquer cidadão brasileiro em pleno exercício de seus direitos tem legitimidade para propor ação popular com intuito de anular ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.

Acerca da organização dos poderes do Estado, julgue os itens subseqüentes.

86 O número de deputados e de senadores é definido em lei de acordo com o número de habitantes de cada Estado e do Distrito Federal.

87 Compete à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra o presidente da República, e ao Senado Federal compete o seu processamento e julgamento, nos casos de crimes de responsabilidade.

88 O Ministério Público é órgão do Poder Judiciário.

89 A autorização necessária para a instituição de pesquisa de riquezas minerais em área indígena é concedida exclusivamente pelo Congresso Nacional.

90 O presidente da República é a autoridade competente para promulgar emendas à Constituição.

Com relação à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, julgue os itens subsecutivos.

91 O Distrito Federal é a capital da República Federativa do Brasil.

92 É inconstitucional a parceria entre Estado e entidade religiosa que promova educação de jovens e adultos em periferias de uma grande cidade, em razão de dispositivo constitucional que veda essa aliança.

93 Para que um estado seja incorporado a outro, é necessária consulta prévia à população dos dois estados, por meio de plebiscito.

94 Atualmente, não existem territórios federais no Brasil, mas a Constituição Federal de 1988 prevê a possibilidade de serem criados por meio de lei complementar.

CESPE | CEBRAS -
No que diz respeito aos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue os próximos itens.

95 São princípios da República Federativa do Brasil, dentre outros, a defesa da paz, da igualdade entre estados e da prevalência dos direitos humanos.

96 No Brasil, as proibições constitucionais de tortura e tratamento desumano decorrem do fundamento da dignidade da pessoa humana.

Com relação às normas do direito brasileiro, julgue os itens que se seguem.

97 Leis complementares passam pelo crivo de quórum diferenciado para aprovação.

98 Todos os tratados internacionais que versem sobre direitos humanos são incluídos no ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional.

Paulo participou de processo seletivo para ingresso em carreira pública federal. O edital do concurso apresentava o quantitativo de dezoito vagas, e Paulo foi aprovado na décima terceira posição. O prazo de validade da seleção foi prorrogado uma vez e ele ainda não foi empossado.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

99 Paulo deverá ser convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir o cargo.

100 Ao ser empossado, Paulo estará obrigado a aderir ao regime previdenciário complementar ofertado pelo poder público.

101 Se Paulo não tiver nascido no Brasil, o órgão contratante não poderá dar-lhe posse, em virtude de impedimento de investidura a estrangeiros.

102 O candidato poderá ser contratado por tempo determinado, desde que tal condição tenha sido claramente descrita no edital de abertura do processo seletivo.

Considerando os ditames constitucionais da administração pública, julgue os itens que se seguem.

103 Uma autarquia federal pode firmar contrato com o poder público com a finalidade de ampliar sua autonomia financeira e gerencial.

104 Mesmo pertencendo ao quadro da administração indireta, o IPHAN deve obedecer aos preceitos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

105 Se um servidor do IPHAN, em exercício profissional, causar dano a terceiro, a entidade poderá ser responsabilizada.

Espaço livre

Acerca dos princípios orçamentários, julgue os itens seguintes.

- 106 Quando o Poder Legislativo local não consegue apreciar, discutir, votar e aprovar a lei orçamentária no prazo determinado — dezembro de todo ano —, o ente federativo inicia o exercício financeiro seguinte em descumprimento ao princípio da anualidade.
- 107 Apesar do princípio da unidade, orçamentos públicos paralelos podem ser adotados pelos entes federativos em decorrência de excepcionalidades, como, por exemplo, no caso de calamidades que demandam urgência na aplicação de recursos públicos.
- 108 Pelo princípio do equilíbrio, o ente que apresenta déficit orçamentário em exercício financeiro está impedido de contratar quaisquer operações de crédito no exercício subsequente, até que consiga equilibrar a diferença entre despesas e receitas.
- 109 Operação de transferência de recursos entre entes federativos não fere o princípio do orçamento bruto. Nesse caso, os recursos deverão ser incluídos como despesa no orçamento do ente que transfere e, como receita, no orçamento daquele que os receber.

Em relação ao orçamento público e seus preceitos, julgue os próximos itens.

- 110 Orçamento é o plano contábil que expressa como as ações de governo serão executadas, por meio da aplicação de recursos (despesas) e suas formas de financiamento (receitas).
- 111 Isenções e anistias financeiras podem ser concedidas pela União, desde que seus efeitos sejam apresentados em demonstrativos que acompanhem o projeto de lei orçamentária submetido à apreciação legislativa.
- 112 O orçamento público tem, entre outras funções, a de reduzir as desigualdades entre as diversas regiões do país.

Acerca da gestão arquivística, julgue os itens a seguir.

- 113 A avaliação de documentos é uma das atividades precípuas da área de protocolo, visto que subsidia a criação da tabela de temporalidade dos documentos.
- 114 O arquivo permanente é destinado à guarda de documentos que perderam seu valor administrativo, mas que ainda possuem valor legal ou histórico.
- 115 O arquivo é composto, em sua maioria, de documentos originais e respectivas cópias.
- 116 A correspondência oficial que trata de informações de caráter pessoal é classificada como ostensiva.

A respeito da gestão eletrônica de documentos, julgue os itens que se seguem.

- 117 O documento digital que não permite alteração de forma e conteúdo é considerado estático.
- 118 O conteúdo de bases de dados dinâmicas não pode ser considerado documento arquivístico.
- 119 Após a microfilmagem, os documentos oficiais ou públicos com valor de guarda permanente poderão ser eliminados, desde que se garanta sua inutilização por completo.
- 120 Documentos eletrônicos, ao contrário dos convencionais, não podem ser considerados completos em relação à sua forma intelectual somente pela inclusão de data e assinatura.

A tecnologia da informação é hoje um dos instrumentos importantes para o trabalho com o folclore e a cultura popular. Está ajudando, e vai ajudar ainda mais, a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. A cultura popular não está parada no tempo nem presa a práticas e tradições do passado. Por isso, as ferramentas tecnológicas devem existir também para contribuir com o conhecimento de toda atividade cultural e artística. É possível estabelecer convergência entre o que há de tradição na cultura popular e o novo, que é representado pela tecnologia da informação.

Internet: <www.ebc.com.br> (com adaptações).

Considerando que os textos apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

**CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO IMATERIAL BRASILEIRO**

Ao elaborar seu texto, atenda, necessariamente, ao que se pede a seguir:

- 1 discorra sobre a importância da preservação dos bens imateriais para a sociedade brasileira; [valor: 8,00 pontos]
- 2 apresente facilidades e problemas desencadeados pelo avanço da tecnologia da informação no contexto brasileiro; [valor: 15,00 pontos]
- 3 aborde a relação entre a necessidade de preservação do patrimônio imaterial e as novas tecnologias da informação no contexto brasileiro. [valor: 15,00 pontos]